Parte 3

IX - Rearranjos locais no programa de reforma agrária: estudo de caso do P.A. Che Guevara (Campos Dos Goytacazes, Rj)

Rodrigo Pennutt da Cruz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CRUZ, RP. IX - Rearranjos locais no programa de reforma agrária: estudo de caso do P.A. Che Guevara (Campos Dos Goytacazes, Rj). In: NEVES, DP., GOMES, RA., and LEAL, PF., orgs. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 241-260. ISBN. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

IX

Rearranjos locais no programa de reforma agrária: estudo de caso do P.A. Che Guevara (Campos Dos Goytacazes, Rj)

Rodrigo Pennutt da Cruz⁶⁹

A partir das últimas décadas do século XX, a atividade agroaçu-careira no norte do Estado do Rio de Janeiro passou por uma série de mudanças, boa parte delas decorrentes, entre outros fatores, de insolvências de unidades produtivas. Esses sucessivos processos falimentares não se limitaram à região açucareira de Campos. Eles vêm sendo caracterizados como crises no respectivo setor produtivo, não só referentes ao plano estadual, como também ao nacional.

Para essas transformações concorreram, no caso do Estado do Rio de Janeiro, tal como explicitados publicamente, radicalizados confrontos de interesses, entre fornecedores de cana e usineiros, e destes com os dos trabalhadores, muitos deles do setor agrícola, para tanto mobilizados e referenciados por ideários de movimentos sociais cujos porta-vozes eram dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) ou da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Desses confrontos, entre outros resultados, ocorreram desapropriações de terra anteriormente pertencentes a fornecedores de cana, ou usineiros, por tais procedimentos absorvidas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. E por essas intervenções,

69 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA/UFF – Bolsista CAPES. rpennutt@gmail.com

configurou-se uma reordenação do espaço social e geográfico da região. Reafirmou-se, de maneira diferenciada, a ampla presença de pequenos estabelecimentos agrícolas, agora também na condição de lotes de assentamentos rurais, todos então coexistindo com grandes fazendas, algumas secularmente reproduzidas nessa posição.

De acordo com levantamento realizado nos arquivos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), foram criados, nesta região, a partir de 1987, 10 assentamentos rurais que, juntos, abarcam área de 17.739,9994 ha e suportam 1.167 famílias (Quadro 1).

Assentamentos existentes no município de Campos dos Goytacazes

Projeto de Assentamento	Ano de criação	Área (ha)	Nº de famílias
Novo Horizonte	1987	4.335,1000	285
Zumbi dos Palmares	1997	8.005,2900	507
Che Guevara	2000	1.119,6620	74
Ilha Grande	2001	822, 218	58
Antônio de Farias	2001	1.221,0230	93
Terra Conquistada	2005	211, 570	15
Dandara dos Palmares	2005	419, 027	25
Santo Amaro	2005	584, 3770	40
Oziel Alves I	2006	410, 7336	35
Josué de Castro	2007	610, 9988	35
Total		17.739,9994	1.167

Quadro - Dados obtidos na Superintendência Regional do Rio de Janeiro no ano de 2009. (Tabela organizada pelo autor)

Fonte- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Esse é o cenário no qual coloco, em prática, esta pesquisa, cujos dados referenciam a delimitação do objetivo deste artigo⁷⁰. Para

70 - A pesquisa corresponde aos pré-requisitos para elaboração de dissertação de mestrado junto ao PPGA-UFF, ao qual me encontro afiliado como mestrando, vinculado a projeto mais amplo, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Delma Pessanha Neves.

defini-lo, levo em consideração alguns dos meandros da aplicação do Programa Nacional de Reforma Agrária, considerando, em especial, as interferências e negociações decorrentes dos percursos de relações vividos pelos trabalhadores selecionados para alcançarem a condição de *assentados* no Projeto de Assentamento (P.A.) Che Guevara.

No processo de aplicação de política pública de redistribuição de terra, fundamentada em quadros institucionais diferenciados e objetivados por Projetos de Assentamento, por perspectiva simplificada, tem-se como dada a construção da categoria situacional *assentado*. Se há definições oficiais, constantes de documentos que registram e pressupõem normatizar o processo de assentamento, há condições possíveis e até imprevistas de realização. Nelas, incidem, entre outros fatores, os meios de produção transferidos por desapropriação de fazendas; a proximidade de mercados de produtos e serviços, bem como de trabalho, posto que acenem com alternativas de composição de rendimentos paralelos à constituição do produtor independente; de demandas de mercado de produtos agropecuários; de presença de serviços públicos, especialmente de saúde e de ensino básico. Esses fatores operam na constituição de uma gama de conquistas ou constrangimentos correspondentes ao processo de constituição do agricultor assentado. Mas ainda, mesmo que poucas vezes contempladas pela pesquisa acadêmica, operam segundo as experiências anteriores dos trabalhadores selecionados para alcançarem a condição de assentado. Em alguns casos, há aproximações na integração de candidatos com trajetórias distintas. Em outros, há conflitos pelo questionamento da legitimidade da entrada de certos candidatos concorrentes, que não correspondem aos padrões de justificativa social da população e de trabalhadores residentes na ou no entorno da fazenda desapropriada.

Neste artigo, empenho-me em analisar como tais encontros e desencontros de experiências podem gerar conflitos e impor convivências tensas, expandindo assim a base de constituição do

assentamento conforme negociações, rejeições ou superdimensionamento de certas experiências passadas. Esses conflitos e negociações, mesmo que não planejados no escopo da normatização das condições de aplicação dos programas de assentamento vinculados às políticas públicas de reforma agrária e da definição do correspondente agrícola, terminam por contribuir decisivamente na constituição diferenciada de projetos de assentamento e definição do assentado, bem como de espaços institucionais de mediação básicos ao exercício da referida política pública.

Em outros termos, ao adotar tais questões como objeto de reflexão neste artigo, pretendo contribuir para o entendimento de processos pelos quais os trabalhadores rurais de origens diversas se deslocaram para a posição de assentados rurais; ou seja, conquista fundamentada no aprendizado de vinculação a campos de disputa e negociação como agentes políticos.

Por tal perspectiva, levo em conta os fatores ressaltados pelos assentados do P.A. Che Guevara como expressivos das transformações por eles vividas. E entre tais fatores, também valorizo a importância analítica dos diferenciados e concorrentes princípios de afiliação que eles ressaltam para se distinguir, a despeito do paralelo exercício de reconhecimento da conquista da posição comum de assentado, a que todos, por caminhos diferenciados, devem, em tese ou oficialmente, corresponder.

Para o entendimento de processos de construção da mudança da posição social de assalariados rurais para assentados, muitas são as alternativas e perspectivas teóricas. Até porque, o estudo de processos de mudanças sociais é tema considerado direta ou tangencialmente pelos múltiplos aportes teóricos que foram se constituindo diante da preocupação de compreender o caráter dinâmico da sociedade, especialmente a industrial.

No decorrer do texto, vou explicitando as opções por mim adotadas, isto é, considerando não só algumas daquelas contribuições da teoria sociológica ou antropológica, mas também questões valorizadas para a compreensão do tema em foco: condições de participação dos contemplados em programas públicos que também moldam as alternativas da respectiva implementação. Centro-me assim na reflexão sobre deslocamentos por ações de agentes

sociais diferencialmente posicionados, mas principalmente daqueles vistos como receptores. Ao tomar tal perspectiva, evito cair em abstrações vinculadas a mudanças de sistemas ou de totalidades inventadas, afiliadas à crença que os ideários e proposições de políticas públicas possam se tornar realidades determinadas, tais como fundamentadas em abstratas intervenções do Estado, pressupondo operações a partir de um ponto zero onde tudo começou e a partir do qual tudo mudou (NEVES, 1994, p. 49-74).

Condições situacionais de construção dos assentados

O município de Campos de Goytacazes estruturou-se com base na produção de cana-de-açúcar e na concentração da propriedade da terra, inicialmente em mãos de sesmeiros, nos tempos atuais por grandes produtores (NEVES, 1981, 1997a; CRUZ, 2010).

Nas situações de mudanças inerentes aos processos de falência ocorridos na região, têm sido criadas alternativas de trabalho por outras formas de inserção produtiva ou por reconversão de trabalhadores rurais, expressas tanto pelos que aderiram à luta pelo acesso a terra, como pelos que se negaram a integrar processos de assentamentos⁷¹ tem-se constituído um dos objetivos do trabalho de pesquisa que venho realizando entre trabalhadores rurais da região. Considero as condições sociais de trabalhadores assalariados, vendedores de força de trabalho, para a de produtores agrícolas mercantis, isto é, agricultores que controlam fatores de produção e produtos do trabalho direto. Nessa condição, eles são detentores de possibilidades de tomada de decisões quanto à gestão da unidade produtiva e alocação de trabalho familiar, além da gestão em favor da circulação mercantil do produto de seu trabalho agrícola.

71 É importante destacar que há um representativo segmento de trabalhadores que, por motivos diversos, não se integraram ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Recompuseram as relações de trabalho assalariado, tanto pela reafirmação do vínculo como cortadores de cana, como também trabalhadores da indústria de cerâmica, ou mesmo em atividade de economia de proximidade e serviços públicos municipais.

Na formação desse novo cenário de oportunidades produtivas, os trabalhadores que aderiram ao Programa Nacional de Reforma Agrária constituíram-se em agentes políticos e econômicos com trajetórias distintas. Portanto, investimentos específicos para construção de identidades unificadas e diferenciadas. Neste último caso, autovalorizando-se pelo fato de terem sabido se valer e lutar pela incorporação de alternativas de acesso a terra, mesmo que, anteriormente, estivessem vinculados a outros setores produtivos (construção civil, comércio ambulante, costura) ou fazendas pecuárias.

Na construção de questões analíticas referentes a esses processos, venho ressaltando, sob caráter relacional, os custos em investimentos políticos de trabalhadores da desapropriada fazenda da usina e adjacências vis a vis os assentados oriundos de outros setores produtivos. Exatamente porque se integravam tradicionalmente ao cultivo da cana, querem se diferenciar como assentados privilegiados, como enraizados culturalmente na região correspondente ao setor sucroalcooleiro; e não querem, diante do processo de assentamento, serem imediatamente confundidos como eles, desqualificadamente, denominam como os *de fora*. E por essa posição, estes últimos são vistos como forasteiros que se impuseram no espaço social da fazenda da usina desapropriada para fins de constituição do projeto de assentamento.

Os princípios de distinção construídos no bojo dessas relações referenciadas à contraposição dos que são *de dentro* ou *de fora*, pelo menos da perspectiva dos primeiros, ressaltam atributivamente a distinção e nobreza pelo fato de serem eles considerados *antigos funcionários da usina*⁷². Definem-se como trabalhadores que nasceram na localidade que sedia o assentamento rural em pauta, mas não só. Tendo aí permanecido após a falência da usina, de certa

⁷² É importante observar que a categoria funcionário não corresponde à posição que estes trabalhadores possuíam no período de funcionamento do Complexo Agroindustrial. Os trabalhadores rurais eram qualificados como agrícolas ou cortadores de cana. Os funcionários eram considerados aqueles que exerciam funções administrativas no escritório da usina. A distinção estabelecida no atual contexto contrapõe-se, significativamente, aos *de fora*, oriundos do MST.

forma, redefiniram e reproduziram vínculos de pertencimento no universo social também no mesmo bojo redimensionado. Mesmo negando a presença constitutiva da usina pela legitimação das novas condições dos decorrentes apropriadores, a vida nesse espaço foi reconcebida por permanente trabalho de memorização dos que, permanecendo, assistiram à constituição de sucatas industriais. Os trabalhadores inventaram, assim, formas novas de reciprocidade e economia de proximidade, mas também a redefinição do destino produtivo da terra diante da ocupação por trabalhadores afiliados ao MST.

Apresentando-se como portadores de conhecimento profundo sobre a região, comprovado, inclusive, pela reafirmação dos vínculos anteriores com a usina, os ex-trabalhadores reivindicam direitos especiais, em contraposição aos que foram recentemente assentados pela condição de acampados. Estes se constituíram como agentes em concorrência diante do acesso a um lote de terra, mesmo que, agora, o critério de redistribuição fosse diferente, postulado segundo critérios do Programa Nacional de Reforma Agrária; ou mesmo que os sinais distintivos da valorização dos que tiveram coragem de ocupar fossem as formas de lutas lideradas por representantes do MST.

Em apoio político aos *antigos funcionários da usina* e diante da condenada presença dos desqualificados forasteiros, à composição dos demandantes da condição de assentados, vieram se agregar outros trabalhadores para adquirirem um lote de terra, porque continuaram residindo próximo à antiga área da fazenda. Enquanto privilegiados espectadores, mas vizinhos na maior parte das situações, definem-se como críticos em relação aos desdobramentos sociais que a ocupação por afiliados ao MST veio a configurar.

Por essas distinções e resumindo para facilitar a apreensão pelo leitor, afirmo que no sistema de posições se integram relacionamente e em contraposição: os *de fora* ou *sem terra* (aqueles que chegaram ao local via MST, participaram de todo o processo de acampamento e não possuíam qualquer tipo de vínculo, pelo menos aparente, com a população e as atividades produtivas locais); os *antigos funcionários da usina* e os *moradores de Marrecas* (localidade em torno do assentamento).

Adotando tal objeto de reflexão, desejo contribuir para a compreensão de condições imprevistas de realização do Programa de Reforma Agrária, mas no que tangem à objetivação de processos de assentamento. Mesmo que por tal programa se postule o reconhecimento social, político e jurídico do beneficiário como *assentado*, a conquista dessa condição e a categorização socioeconômica ou socioprofissional correspondem a processos de negociações *sui generis*; mas só a atenção aos modos como agentes reais se mobilizam para se constituir, na posição, pode permitir compreender alguns dos meandros da objetivação de tais programas públicos. Sendo expressão tecnicamente imprevista dos processos de constituição de sujeitos políticos, ela, em verdade, só pode ser assim entendida quando se considera que a realização local dos programas de reforma agrária é ato imediato. Ou, ainda mais, que ela deve corresponder apenas a um acúmulo de conquistas e ganhos, cuja expressão mais acabada ressalta a progressiva melhoria das condições de vida e da relativa autonomia. A desconsideração desses meandros também constrói a invisibilidade da diferenciação socioeconômica constitutiva dos assentados, muitas vezes explicadas por avaliações morais que distinguem o bom e o mau assentado.

Tal como já destacou Neves (1997b), ao estudar outro processo de assentamento nessa região açucareira, a despeito de programa de assentamento rural se definir por uma série de procedimentos, normas, critérios de distribuição de recursos e demonstração de adesões por parte dos trabalhadores assim integrados, a coerência que tal programa, desta condição, deve fazer aparecer, pouco tem a ver com as possibilidades de sua realização, posto que ele não opera num vazio de relações, entre trabalhadores dotados de *habitus* social (BOURDIEU, 1998) correspondente a trajetórias próprias. E assim, por perspectivas diferenciadas quanto aos efeitos do controle privado de um lote de terra. Por tais razões, o estudo do processo de assentamento, enquanto expressão de percursos de objetivação do programa de reforma agrária, não pode prescindir de perspectiva analítica processualista, também incluindo a valorização de fatores situacionalmente intervenientes, modos de viver institucionalizados e experiências alcançadas em processos de mudanças sociais.

Formas diferenciadas de poupança na constituição do assentado

Para exemplificar as condições diferenciadas de constituição do *ser assentado*, destaco as maneiras imperativas ou relativas de acesso ao crédito, demonstrações cabais de como esses lidam com os programas voltados para o desenvolvimento econômico e social destinados à manutenção do assentamento. No caso em análise, os assentados do P.A. Che Guevara receberam como “auxílio” o crédito rural (Pronaf⁷³ – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar; Crédito de Instalação⁷⁴).

A obtenção do crédito rural é percebida, tanto entre os assentados como entre os agentes externos (funcionários de instituições públicas, como INCRA, EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) enquanto momento em que os primeiros estabelecem um diálogo com o Estado. E, em alguns casos, também o primeiro contato com transações bancárias.

Este é um dos momentos de demonstração da diferenciação entre os assentados, pois alguns, principalmente os denominados *antigos funcionários da usina*, em sua maioria, não acessaram o Pronaf. Contaram com as indenizações trabalhistas para iniciarem as atividades em seus lotes. Diferentemente dos demais que, por falta de alternativas, recorreram ao recurso (denominado por eles como “*empréstimo*”) para constituição das atividades agrícolas. Estes, por recomendações dos próprios técnicos da EMATER, não acessaram o valor total do crédito, de imediato. Segundo um dos funcionários da empresa estatal que acompanhou o processo, esta sugestão foi dada, na época, como uma forma de precaução, para que os assentados não iniciassem suas atividades agrícolas endividados, pois havia, por parte do técnico, receio de que não conseguissem arcar com as dívidas.

Por outro lado, a forma de utilização do crédito não seguiu, à risca, os projetos desenvolvidos pelos técnicos da EMATER. Como

73 - Este programa tem como objetivo financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

74 O Crédito Instalação consiste no provimento de recursos financeiros, aos beneficiários da reforma agrária, para instalação e desenvolvimento inicial.

exemplo, cito o caso de um assentado que, por iniciativa própria, decidiu não cultivar coco, pois, por experiência na agricultura, temia que tal fruta não fosse de fácil comercialização (vantajosa economicamente), inclusive com demora do tempo para a colheita, uma vez que não é imediata.

Já o “Crédito de Instalação”, administrado pelo INCRA, recebeu adesão de todos os assentados. Os *de fora* utilizaram este crédito para construção das casas em que residem no interior do assentamento. Os *antigos funcionários da usina*, como já dito, possuindo residências no vilarejo próximo ao assentamento, utilizaram o lote apenas para produção agrícola e não para morada. As construções existentes em seus lotes são utilizadas, em geral, para guardarem as ferramentas de trabalho e espaços para descansos durante a jornada de trabalho.

Esses “benefícios”, recebidos no momento inicial da constituição do assentamento, incentivam os participantes da Política de Reforma Agrária a integrar um “novo saber fazer”, voltado para a ação nos espaços institucionais, como salienta Leite:

Nesta nova condição, de assentado-produtor rural, pesam sobremaneira os meios disponíveis às atividades produtivas (incluindo instalações, máquinas, equipamentos, implementos e insumos), o conhecimento sobre técnicas e procedimentos empregados e o acesso às políticas públicas de assistência técnica e ao crédito rural (LEITE, Sérgio, 2004, p.193).

Esse “novo saber fazer” delineia as possibilidades e, em alguns casos, impossibilidades de constituição do assentado. As opções incorporadas no momento do acesso ao crédito podem estar fortemente influenciadas pelos percursos e recursos familiares. Consequentemente, demarcam o processo de distinção entre eles, ou mesmo a diferenciação interna.

Formas diferenciadas de participação nas lutas políticas

Os assentados só se constituem nessa posição pelo aprendizado em ações coletivas, redimensionando a importância do conflito, destaco as lutas de classe, correspondentes à demanda da transferência da terra do usineiro falido ou fazendeiro improdutivo para os trabalhadores rurais, mas também o caráter conflitivo das relações que configuram o assentamento, considerando, como venho destacando, os processos e alternativas de construção de interesses contrapostos entre assentados.

A falência é a explicitação máxima desses confrontos, mesmo que podendo até ser pensada como a única saída ainda vantajosa para o usineiro em causa. É fato que o processo falimentar não ocorreu por contraposição imediata dos interesses dos trabalhadores, mas também por disputas entre usineiros e agentes do Estado no que tangem às condições de intervenção e capitalização dos empresários. É o caso, por exemplo, de distintos investimentos de instituições do aparato estatal, muitas vezes uma operando por objetivos diametralmente opostos à outra. No caso, também pela impositiva alteração de práticas das instituições estatais, num contexto de adesão ao modelo de capitalismo neoliberal, que criou outras formas de valorização do capital financeiro, em detrimento das regras que repunham as condições de capitalização dos usineiros.

Demonstrando um dos desdobramentos possíveis, quando o contexto de democratização da sociedade brasileira acenava para a retomada da Política Nacional de Reforma Agrária e criava possibilidades de autorização dos trabalhadores rurais como demandantes de redistribuição fundiária, é preciso levar em conta que outras formas de construção de espaços geográfico-sociais foram possíveis. No caso aqui considerado, houve inserção de outros agentes políticos favoráveis à reforma agrária, no campo das desejadas transformações sociais, tais como a institucionalização de assistência técnica e formulação de política creditícia para construção do assentado como produtor agrícola, propiciando a padronização de residências concedidas mediante créditos especiais.

Portanto, a criação de um assentamento rural engendra e é engendrado pela entrada de novos agentes, tais como funcionários do INCRA, EMATER e militantes do MST. Eles se apresentam como posições referenciais para a constituição de novas estruturas de poder e quadros institucionais de inserção ou de definição de princípios de afiliação ou pertencimentos sociais. Essa entrada de novos agentes redimensiona os sistemas de relações pessoais até então existentes, cujas modificações são bastante dramatizadas no plano local.

As relações que dão objetividade ao assentamento rural estão assim permeadas por interesses múltiplos, tanto para confirmação da vida social segundo projetos ou projeções próprias de organização social, como também por negociações com o mundo institucional externo, pelo qual em grande parte o assentamento se estrutura. Por conseguinte, o que está em jogo em processos que exprimem tais mudanças sociais são sistemas de posições construídos ou redefinidos mediante elaboração de outras identidades sociais e princípios de afiliação e de reconhecimentos sociais.

Em assim sendo, o estudo do processo de mudança de trabalhadores em assentados rurais se associa ao das condições de construção relacional e situacional de identidades sociais, todavia relativizadas como expressão de relações de força e de sentido que aí se encontram em jogo. Segundo a definição de identidade elaborada por Dubar (2009), por mim valorizada para melhor compreender as alternativas de compreensão dos dados apreendidos em trabalho de campo:

... a identidade não é o que permanece necessariamente “idêntico” mas o resultado de uma “identificação” contingente. É o resultado de uma dupla operação *linguagreira*: diferenciação e generalização. A primeira é aquela que visa a definir a diferença, o que constitui a singularidade de alguma coisa ou de alguém relativamente a alguém ou a alguma coisa diferente: a identidade é a diferença. A segunda é a que procura definir o ponto comum a uma

classe de elementos todos diferentes de um mesmo outro: a identidade é o pertencimento comum. Essas duas operações estão na origem do *paradoxo* da identidade: o que há de único é compartilhado. Esse paradoxo só pode ser solucionado enquanto não se leva em conta o elemento comum às duas operações: a identificação de e para o outro. Não há, nessa perspectiva, identidade sem alteridade. As identidades, como as alteridades, variam historicamente e dependem de seu contexto de definição. (DUBAR, 2009, p.13, grifos do autor)

E aí novamente se aguçam os efeitos dos distintos percursos dos assentados. A aludida diferença é acentuada no contexto em que os *ex-funcionários* se percebem e investem para serem reconhecidos distintos dos *de fora* ou dos *sem-terra*. E estes, no sentido de mostrar a imprescindibilidade de seu papel político na organização social da reivindicação por terra e da terra do usineiro falido, adotando procedimentos construídos pelo modelo de ação que Sigaud et al. (2010) qualificaram como forma de ocupação, forjada na luta daqueles que aderem aos princípios de organização do MST. Sem ocupação, advogam os qualificados *de fora*, não haveria desapropriação e programa de assentamento. Sem este agente ali desenraizado, mas construído por referências que não se pautavam na adesão às formas de dominação postas em prática pelos usineiros, os *ex-funcionários da usina* não haveriam se convertido em *assentados*. De qualquer forma, compreendendo as contraposições como formas de valorização de ações interdependentes, a ação conjunta dos dois agentes assim polarizados construiu o contorno dos processos em jogo.

No entanto, há agregação de esforços e investimentos e eles só se tornam mais compreensíveis pelo entendimento das trocas de saberes entre eles, tal como eles próprios ressaltam. Para uns, o saber ambiental e dos processos históricos ali configurados. Para outros, o aprendizado da rebeldia, da ruptura, da construção de

si como agente da história e de seus projetos de sociedade. Essas contrapostas, mas complementares percepções de si e do outro, ainda são comungadas por aqueles que, à primeira vista, são levados a assumir a mesma identidade, mesmo que não se vejam como partes daquelas posições polarizadas. Refiro-me às relações entre os *antigos funcionários* que foram beneficiados pelo projeto de assentamento e os que não participaram de tal possibilidade, mas ali permaneceram reafirmando um mundo social em mudança e estabelecendo as relações de troca para consumo imediato dos produtos de subsistência, que os assentados passaram a oferecer; ou aos que, dotados de pequenos negócios, em substituição à centralidade dos antigos fornecimentos de usinas, também, mediante a construção de relacionamentos pessoais, asseguram crédito para provisão nas vendas locais, como demonstra a expansão do comércio nessa economia de proximidade.

Considerações Finais

É importante salientar, embora lugar comum, que as identidades não são fixas. Elas podem ser ressignificadas, segundo interesses diversos, constituídos e em constituição relacional. Isso é claramente percebido no contexto de análise, uma vez que os *antigos trabalhadores da usina* valem-se de tal categorização como forma de legitimar a permanência no local, mas principalmente de se definirem como beneficiários que devem ser privilegiadamente atendidos por esta própria antiga inserção.

Entretanto, quando concorrem a direitos relacionados ao assentamento ou a interesses coletivos, eles deixam de lado as diferenças e se irmanam como assentados, secundarizando ou mesmo subtraindo aquela distinção.

As marcações ritualizadas das distinções já consideradas instigam o pesquisador a compreender, tal como o fez Geertz (1999) em estudo realizado nas aldeias balinesas, os princípios de afiliação ou pertencimento em jogo, que dão sentido à vida social e organizacional do grupo em foco:

Em um caso como esse, em que é necessário admitir que o entrecruzamento dos grupos sociais é extremo, o problema da integração, dos ajustamentos mútuos entre os grupos, é muito preeminente. Às vezes desencadeiam-se lutas abertas entre líderes de vários grupos sobre a questão de quem detém os direitos prioritários aos serviços dos membros (GEERTZ, 1999, p.293).

Aquelas concepções em conflito, amenizadas pela necessária reciprocidade constitutiva do sistema de posições, foram por mim valorizadas para refletir sobre o caso em apreço. E ressaltam as disputas pelo reconhecimento da importância alcançada pelos detentores de conhecimentos necessários para o desenvolvimento do assentamento, que não podem se pautar somente no saber local. Tais conhecimentos exigem incursões pelos caminhos da burocracia estatal, da aceitação e questionamento de regras inerentes ao programa de assentamento, enfim, agentes mediadores que fazem viver, nesses espaços, os interesses supostamente de todos, inclusive dos que querem se ver privilegiados na apropriação de recursos que conformam o processo de assentamento.

Assim, a construção do assentamento pode ser melhor entendida pela perspectiva das múltiplas situações sociais que ali se conformam, sendo antes de tudo um campo de disputa, resultado e produtor de mudanças sociais, espaço de negociação de uma série de conflitos e interferências internas e externas, contudo passível de acordos diante da busca da legitimação, procedimento constante ou mesmo inesgotável entre os assentados.

A própria forma com que eles lidam com as identidades construídas e em construção é fator atuante nos processos de mudanças. Sem dúvida alguma, são esses conflitos que estão a alimentar outras formas de ser socialmente, percepções que serão posteriormente examinadas como mudanças, tanto pelos agentes diretos como por pesquisadores por virem. Isso impede de se fixar um perfil para os assentados, de se homogeneizar posições

e tendências. Mas princípios de diferenciação sinalizam os múltiplos espaços de construção de poder e disputa pela consecução de interesses, também construídos situacionalmente, como são exemplares os anteriores trabalhadores de usina, hoje *ex-funcionários de usina*, contudo, de fato, posição apenas existente no contexto de construção do assentamento rural.

Ressaltei, portanto, aspectos ou pontos de objetivação e interseção no processo de construção do assentamento rural, ou seja, com a recorrência dispersamente percebidos na Política Nacional de Reforma Agrária. Espero ter demonstrado uma das condições de realização ou até irrealização de objetivos tão amplos, mas necessariamente propagados pelos que defendem políticas públicas de reordenação fundiária na sociedade brasileira.

Referências

BERGAMASCO, Sônia Maria. P. P; NORDER, Luiz A. C. Assentamentos e assentados no Estado de São Paulo: os debates e as categorias inerentes à constituição dos programas de reforma agrária. In.: NEVES, Delma P. (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CRUZ, Rodrigo Pennutt da. **Marreca de ponta à cabeça**: estudo do processo de constituição do P.A. Che Guevara (Campos-RJ) a partir da diferenciação socioeconômica. (Monografia apresentada à Coordenação do curso de Graduação de Ciências Sociais-UFF. Niterói jul. 2010.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: EDUSP, 2009.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos rurais**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. **Estudos NEAD**, n. 6. São Paulo: Editora UNESP: Brasília: NEAD, 2004.

LIMA, Graziela C. D. O “sujeito da reforma agrária” e a constituição de mediadores. In.: NEVES, Delma P. (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

MEDEIROS, Leonilde S; LEITE, Sérgio et al. Luta por terra e assentamento rural no estado do Rio de Janeiro. In.: -----; ----- (orgs.). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Ed. Universidade UFRGS/CPDA, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. In **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS: Ed. Cortez, p.220-241, 1985.

_____. **Por trás dos verdes canaviais**. Niterói: EDUFF, 1989.

_____. Mudança Social: exorcizando fantasmas. In.: **Antropolítica**. n.1, jan/jun. p. 49-74, 1995.

_____. **Os fornecedores de cana e o estado intervencionista**: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana, no contexto de intervenção do Estado e da consolidação da interdependência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos (RJ). Niterói: EDUFF, 1997a.

_____. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997b.

SIGAUD, Lygia et al. **Ocupações e acampamentos**: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

O conjunto de textos agregados nesta coletânea incide sobre reflexões em torno do tema políticas públicas, a partir de investimentos de pesquisa, demonstrativos dos múltiplos espaços de definição de regras para circulação de recursos e de formulação de ideários voltados para construção de comportamentos esperados. Por eles, valoriza-se a criação de redes interdependentes de aparatos institucionais correspondentes aos objetivos delineados. Considera-se ainda a formação de agentes sociais capazes de operar na formulação e realimentação de ideias que permitam que os objetivos sejam reconhecidos na capilaridade das práticas cotidianas.

ISBN: 978-85-7879-198-8